

Louis Braille



Reabilitação: Cegar depois dos 65

04 Entrevista: Projeto ISOLearn

07 Acessibilidade: Lisboa para todos

12 Educação: Incluir melhor

15 Tecnologia: Jogos acessíveis

17 Direitos: Barreiras arquitetónicas

➤ Ficha Técnica

EDIÇÃO E SEDE ACAPO, Avenida D. Carlos I, n.º 126 9º andar 1200-651 Lisboa **CONTACTO GERAL**
Telefone: 21 324 45 00 | Fax: 21 324 45 01 *E-mail*: louisbraille@acapo.pt **DIRETOR** Graça Gerardo
(gracagerardo@acapo.pt) **COORDENAÇÃO** Irina Francisco (irinafrancisco@acapo.pt) **REDAÇÃO** Cláudia Vargas
Candeias (claudiavargas@acapo.pt), Irina Francisco **REVISÃO** Susana Venâncio (susanavenancio@acapo.pt)
LAYOUT Think High **PAGINAÇÃO** Think High **PERIODICIDADE** Trimestral **ISSN** n.º2182/4606.

@ Louis Braille – Revista especializada para a área da deficiência visual 2016. Todos os direitos reservados. Todo o conteúdo desta Revista não pode ser replicado, copiado ou distribuído sem autorização prévia. Os artigos de opinião publicados na Revista são da inteira responsabilidade dos seus autores. Se pretende deixar de receber a nossa Revista, envie-nos um *e-mail* por favor para o endereço louisbraille@acapo.pt.

Os conteúdos desta Revista foram escritos segundo as regras do novo acordo ortográfico.

➤ Editorial

Por Irina Francisco

Coordenadora Revista Louis Braille

Direção Nacional da ACAPO

A deficiência visual reveste-se de especificidades quando adquirida tardiamente por pessoas que, tendo tido uma visão “normal” durante toda a vida, se deparam com uma nova realidade à qual dificilmente conseguem adaptar-se. A importância de um trabalho de reabilitação em pessoas que perdem a visão em idade avançada é pormenorizadamente descrita num artigo da técnica da delegação de Lisboa da ACAPO, Cristina Almeida, com experiência no atendimento de utentes que precisam de reaprender a fazer uma série de atividades após a perda da visão. A intervenção, multidisciplinar, deve permitir ao idoso desenvolver competências e descobrir na nova condição outras formas de continuar a sentir-se ativo. A reabilitação deve, assim, ser feita tendo em conta as atividades da vida diária, a orientação e mobilidade, as terapias ocupacionais, as tecnologias de informação e comunicação e as atividades de lazer e desporto, por exemplo.

Margarida Loureiro, assessora Técnico Pedagógica na Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial e professora especializada na área da deficiência visual, enumera alguns dos desafios com os quais se deparam os alunos cegos ou com baixa-visão no momento de entrarem para a escola. Apresenta as estratégias que fomentam o desenvolvimento de competências ao nível da linguagem, da motricidade, da socialização e da autorrepresentação da criança com deficiência visual, desde os primeiros anos de vida e durante o seu processo de escolarização. A perspetiva segundo a qual a integração de alunos com deficiência visual beneficia quer as crianças e jovens cegos e com baixa-visão, quer os alunos sem qualquer deficiência denota uma tomada de posição a favor de uma escola verdadeiramente inclusiva, sem superproteções nem omissões negligentes. Este artigo, que, conforme a autora reconhece, aborda apenas algumas das muitas questões inerentes à passagem de alunos com deficiência visual pela escola, é leitura obrigatória para todos aqueles que acreditam que, tendo acesso às mesmas oportunidades, desenvolvendo todas as suas competências e podendo tirar partido dos benefícios oferecidos pelas tecnologias e pelo Braille, as crianças cegas e com baixa-visão podem ser alunos perfeitamente integrados e, futuramente, adultos autónomos e bem-sucedidos.

E se durante o seu percurso escolar os alunos com deficiência visual encontram diversas dificuldades a transpor, a realidade do ensino superior é ainda mais preocupante. Não havendo já, nesta fase do seu percurso, um acompanhamento por parte de professores de educação especial nem um enquadramento legal que determine as regras para um igual acesso à informação e a fundamental equidade no processo de avaliação, os alunos com deficiência estão, muito frequentemente, à mercê da boa vontade de colegas e professores. A equipa da Louis Braille entrevistou o responsável pelo projeto ISOLearn – um projeto de âmbito internacional que pretendeu analisar vários aspetos relacionados com a frequência do ensino superior por parte de alunos com

deficiência visual e auditiva. No final deste projeto, foi apresentado um guia de boas práticas que pretende ser um documento orientador para todas as instituições de ensino superior, no sentido de promover a igualdade de oportunidades desejável e fundamental na preparação de quadros técnicos especializados.

Embora assumindo que a acessibilidade não é uma prioridade da indústria dos videojogos, Rui Batista escreve um artigo sobre jogos acessíveis para pessoas com deficiência visual. Apresenta, assim, alguns exemplos de jogos que podem ser jogados por pessoas cegas e com baixa-visão em computadores, em tablets e iPhones, deixando algumas pistas para que os interessados nesta temática possam procurar informação adicional. Ainda assim, importa salientar a evidente lacuna que, tratando-se de uma atividade tão popular entre uma larga camada da população, os jogos, e nomeadamente as consolas de venda generalizada, continuam a ser quase inacessíveis para pessoas com deficiência visual que, dessa forma, se deparam com barreiras também nas suas atividades de lazer.

Carla Clérigo, que integra a equipa de acessibilidade pedonal da Câmara Municipal de Lisboa, descreve algumas das atividades prioritárias a desenvolver pela autarquia lisboeta, no sentido de tornar a cidade cada vez mais acessível a todos. São enunciados alguns exemplos concretos do que tem vindo a ser feito e de que forma a CML tem trabalhado com a sociedade civil no sentido de eliminar as barreiras existentes e prevenir a existência de novas barreiras, para que todos os munícipes, com e sem deficiência, possam beneficiar de uma cidade sem obstáculos. A autora deste artigo dedica também algumas linhas à iniciativa da Máscara em Braille, que permite aos cidadãos com deficiência visual votar de forma autónoma em momentos eleitorais. Esta tem sido, segundo Carla Clérigo, também uma prioridade no trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho que integra – o Plano de Acessibilidade Pedonal.

A propósito de acessibilidades, a secção de direitos desta edição da revista Louis Braille é dedicada, precisamente, ao enquadramento legal existente nesta matéria. Rodrigo Santos explica alguns dos aspetos mais importantes da legislação em vigor, centrando-se no Decreto-Lei 163/2006 e na dificuldade de que se tem revestido o seu efetivo cumprimento. Salienta o muito trabalho que ainda está por fazer em tantas infraestruturas, edifícios, espaços e serviços que continuam inacessíveis às pessoas com deficiência visual, apesar do longo caminho que tem vindo a ser percorrido nas últimas décadas.

Este último número da revista Louis Braille a ser publicado no ano de 2016 vem, uma vez mais, apresentar informação especializada, resultante do trabalho no terreno e da investigação de profissionais que tão bem conhecem as necessidades das pessoas com deficiência visual, em todas as fases da vida e em diferentes planos. Acreditamos que os artigos aqui reunidos podem contribuir para uma séria reflexão, para uma mudança de paradigma e para, em última instância, uma cada vez melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência visual. **LB**

➤ Entrevista

José Porfírio Pró-reitor para a gestão de projetos de investigação e desenvolvimento da Universidade Aberta



Projeto ISOLearn iniciou em 2014 e teve a duração de dois anos.

Universidades, associações, pessoas com deficiência... Todos foram ouvidos pelo projeto ISOLearn em favor de um ensino superior mais inclusivo para pessoas com deficiência visual e auditiva. Coordenado pela Universidade Aberta, este projeto, que teve a duração de dois anos, contou ainda no seu desenvolvimento com parceiros nacionais como a ACAPO, Associação Portuguesa de Surdos e Fundação Calouste Gulbenkian.

Por Revista Louis Braille

Louis Braille: O ISOLEARN, pela sua temática e abordagem, é um estudo inédito?

José Porfírio: Da temática eu acho que não somos pioneiros, a forma como foi feito eu acho que sim. Por vários motivos. Primeiro, pela abordagem prática que fizemos à inclusão das pessoas com deficiência, neste caso, pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva. O facto de juntarmos estas duas

deficiências foi uma vitória. Depois também o facto de tentarmos fazer isto a nível europeu, o mais abrangente possível, porque tanto quanto sei há vários trabalhos feitos a nível de cada país mas não havia nenhum estudo que integrasse mais do que uma deficiência, e, fundamentalmente, quando são feitos são relativos a cada país. E portanto, ao assumirmos esta abordagem europeia acho de alguma forma inovámos porque a ideia de concertar políticas a nível europeu, de trocar experiências, no fundo estamos a falar do espaço europeu, que não é só um espaço político e económico, deve ser também um espaço de inclusão. Tratou-se de ver na prática, numa área que nós sabemos que é importante para a inclusão, que é o acesso ao ensino superior, o que existe a nível europeu, que políticas é que estão a ser pensadas e desenvolvidas, como é que as instituições de ensino superior estão a encarar este problema e como é que as pessoas com deficiência se sentem na situação de ingresso e frequência ao ensino superior.

L.B.: Este estudo abordou a realidade de Portugal, Itália, Eslovénia e Suécia. Encontraram realidades muito distintas ou muitos pontos em comum?

J.P.: Encontrámos, fundamentalmente, duas realidades: a realidade de um país, a Suécia, e outra que é o caso de Portugal, Itália e Eslovénia. De facto percebe-se a distância que a Suécia está dos outros países a nível de políticas e de práticas de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.

L.B.: E como é que avaliam a prestação portuguesa?

J.P.: Portugal foi o país onde fizemos um estudo mais aprofundado, até pelos parceiros envolvidos, e acho que isso também foi outra característica inovadora do projeto, pois normalmente estes projetos têm associações do setor ou universidades e não é normal haver esta ligação entre as universidades e as associações. Mas pelo facto de nós em Portugal termos aliado a Universidade Aberta, uma instituição de ensino superior, à ACAPO e à APS, enquanto associações que servem pessoas com deficiência, e também a Fundação Calouste Gulbenkian, isso permitiu-nos por um lado pensar neste estudo de uma forma muito mais vasta do que é normal e por outro lado, aprofundá-lo de uma forma sem precedentes. E de facto o que nós conseguimos em Portugal, quer ao ter a opinião das pessoas com deficiência, quer ao entrevistar as instituições de ensino superior, foi ter uma visão muito clara da realidade do nosso país. O que percebemos é que há por parte das pessoas que têm uma deficiência – na minha perspetiva e eu acho que os resultados apontam para aí, do ponto de vista científico eu não posso concluir isso – uma certa acomodação ao aceitar uma realidade que não é favorável; ao mesmo tempo as instituições de ensino superior e, nomeadamente, os gabinetes que têm como função ajudar a inclusão destas pessoas, têm vontade de ajudar, fazer, reconhecem a importância das políticas de inclusão mas depois não há uma coordenação na forma de atuar, ou seja, cada instituição vai fazendo à sua maneira com os meios que

vai dispor, um pouco tentando inventar a roda quando se calhar já há práticas que podiam ser adotadas e que vêm quer de outras instituições, quer de outros países. Portanto é necessário, uma coordenação muito forte que na nossa perspectiva, ainda não atingimos. Diria que outro traço distintivo do nosso projeto foi o de colocar em diálogo os agentes que trabalham pela inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior, sejam as diferentes universidades, sejam as associações, e também o facto de termos tentado perceber o que outros países estão a fazer a nível europeu e encontrar aqui uma plataforma comum de desenvolvimento do trabalho ao nível da inclusão. Isto permitiu perceber que há uma grande vontade de fazer, ajudar, promover a inclusão, há alguns meios (deveriam haver muitos mais) mesmo a nível financeiro. Por exemplo nós percebemos que a Suécia tem uma percentagem pequena dedicada à promoção da inclusão. Cá isso não existe, é muito ad hoc, depende das necessidades, das possibilidades, e portanto com este diálogo é possível fazer muito mais do que aquilo que está a ser feito, embora ache que estamos no bom caminho.

L.B.: Notaram alguma diferença entre o acesso e manutenção da pessoa com deficiência visual e com deficiência auditiva no ensino superior ou as dificuldades são semelhantes?

J.P.: Eu acho que não arrisco ao dizer que há uma diferença fundamental. Primeiro a sensação com que ficamos no final do projeto é que a deficiência visual é muito mais falada, debatida, do que a questão da deficiência auditiva. Portanto, se calhar há maior sensibilização para a inclusão da pessoa com deficiência visual do que para uma pessoa com deficiência auditiva. Ao mesmo tempo parece que as pessoas com deficiência visual parecem precisar mais de ajuda em termos de hardware e as pessoas com deficiência auditiva precisam mais de apoio a nível de software. Dá-me a ideia que as pessoas com deficiência visual já vêm mais preparadas. O caminho que fazem no ensino primário, secundário, se calhar já os prepara mais para o acesso no ensino superior do que as pessoas com deficiência auditiva. Depois mesmo ao nível de necessidades financeiras, apesar de como dizia, as pessoas com deficiência visual precisarem mais de equipamentos e as pessoas com deficiência auditiva mais de pessoas de apoio, o que acontece é que financeiramente a pessoa com deficiência auditiva precisa de mais apoio do que a pessoa com deficiência visual. Às vezes basta uma impressora para Braille para servir várias pessoas com deficiência visual, enquanto é preciso um intérprete de língua gestual quase para cada aluno com deficiência auditiva. Isto multiplica as necessidades financeiras.

L.B.: Do lado das universidades que dificuldades enunciaram?

J.P.: As entidades, curiosamente, aquilo que nos disseram é que a maior dificuldade provém de onde não devia vir, ou seja, dos professores. Estamos a falar de pessoas e estamos a falar de algo que devia ser natural,

quer dizer, nem se devia pensar nisso, as coisas deviam ser tratadas todas da mesma maneira, e como em tudo, depois infelizmente, depende dos valores, da sensibilidade dos professores para estas questões. E onde parece haver mais dificuldade é nesta sensibilidade dos professores, porque tanto temos professores sensibilizados para estas questões, colaboradores com tudo o que é preciso, como temos professores que dizem “para mim os alunos são todos iguais, como tal balizo tudo como se fossem alunos que não têm qualquer deficiência... Os outros têm de se ajustar”. E claro que esta é a pior abordagem que podemos ter. É uma barreira que é preciso ultrapassar. Aqui eu também percebo que possa haver a barreira tecnológica porque muitas das coisas que são precisas obrigam ao uso de tecnologia, a utilização de determinados materiais para dar a acessibilidade que é devida. O que acredito é que muitos professores não estão confortáveis com a tecnologia e acabam por criar uma barreira ao dizer “para mim é tudo igual e eu não mexo”. Presumo que seja esse o problema. Na Universidade Aberta não temos esse problema porque trabalhamos com a tecnologia. Depois é um problema de valores...



L.B.: Mas esse não será também um problema das universidades que estão a formar estes professores? Não deveriam ser as universidades a transmitir esses valores de que fala?

J.P.: O projeto no final desenvolve uma metodologia que permite às instituições avaliarem até que ponto cada curso está apto para promover a inclusão das pessoas com deficiência e uma das áreas tem que ver com a estratégia da organização que é comum a todos os cursos. Esta metodologia está estruturada em diversas áreas da oferta pedagógica e uma primeira é a área estratégica. Há um ponto em que é questionado “Até que ponto é que a missão da universidade ou os documentos de política da universidade referem a necessidade de promover a inclusão?” e verificámos que há muitas universidades que, nas suas missões ou nos documentos principais de estratégia, não referem isso. Mas porque é que é necessário que refira? Porque se referir nós podemos almejar a que o resto das políticas siga por esse caminho, se não referir fica sempre ao critério de cada um, nomeadamente, aos coordenadores de cada curso. Nesse sentido, a instituição tem claramente um papel determinante e que define a política da instituição tem um papel determinante, desde logo, pela relevância que dá aos gabinetes de apoio aos alunos com este tipo de deficiência, depois pela forma como põe em prática as políticas que balizam estes princípios da inclusão.

L.B.: O que veio então o ISOLearn dar à sociedade?

J.P.: Em primeiro lugar um diagnóstico. Acho que fazia falta um diagnóstico, de alguma forma algo exaustivo envolvendo os dois pontos de vista principais, dos alunos e das instituições de ensino, e nesse aspeto acho que tivemos um diagnóstico bastante detalhado sobre todos os pontos que importa desenvolver para promover a inclusão. Depois temos um segundo aspeto que foi fazer a comparação entre os diferentes países em termos de boas práticas. Portanto, para além do relatório de diagnóstico temos um handbook de boas práticas onde qualquer instituição pode verificar o que é que é normal e importante desenvolver para promover a inclusão de pessoas com deficiência. Depois desenvolvemos uma metodologia que permite ao coordenador de qualquer curso verificar se o seu curso está mais ou menos adaptado para a inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva. Mais do que ser uma metodologia de avaliação, esta metodologia vai procurar promover a discussão interna na organização. E o que é que esta metodologia tem? Tem vários patamares de análise, começa com o patamar estratégico, depois o patamar em termos de coordenação de curso, em termos da conceção do curso, ou seja, a promoção da inclusão deve começar quando o curso é concebido porque se calhar há uma série de desenvolvimentos que são logo determinantes para a inclusão efetivamente ocorra. Depois passamos para a oferta do curso em que nós distinguimos entre a oferta corrente, dar as aulas, a avaliação que é feita e finalmente a avaliação do curso. É uma metodologia que abrange todas as áreas da oferta pedagógica e é uma metodologia que promove o diálogo porque ela vai dar uma avaliação em cada uma destas componentes.

A instituição consegue assim dizer em cada uma das dimensões onde é que está e que caminho é que ainda tem de percorrer para chegar àquilo que nós entendemos como ótimo. Portanto são três produtos, três outputs do projeto que de facto relevam a importância do projeto, mesmo em termos práticos. Este não é um projeto teórico. Há ainda um último output que é um manifesto com os princípios orientadores de uma política a nível europeu para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Aqui eu acho que conseguimos uma pequena vitória porque para além de ser um manifesto que é aprovado por todos os parceiros do projeto, universidades, associações, uma fundação, foi também assinado por outros dois projetos europeus que se juntaram a nós. São princípios básicos de política e portanto, o projeto passou de componente prática para uma componente também política.

L.B.: Que futuro se prevê para o ISOLearn?

J.P.: Há uma área do projeto que nós assumimos desde o princípio que não iríamos conseguir. O projeto tinha por objetivo apresentar um “quality label”, um rótulo de qualidade, para as instituições de ensino superior e para os cursos a nível de inclusão. Nós achámos que era um objetivo demasiado ambicioso, até porque como sabemos as políticas de qualidade envolvem toda uma

série de stakeholders, que vão muito para além daquilo que era o nosso projeto e que obrigam a uma construção de relações e de ferramentas que em dois anos era completamente impossível conseguir. Agora achamos que temos os pilares deste rótulo de qualidade: a operacionalização da ferramenta online metodológica de avaliação e a definição de procedimentos para a implementação deste rótulo. Eu diria que isto é um novo projeto que pode vir a sair do projeto ISOLearn que gostaríamos muito de implementar num curto prazo.

L.B.: Portanto, isso não influencia negativamente o sucesso do projeto.

J.P.: Não, eu diria que as nossas realizações falam por si. Os outputs que foram produzidos são uma mais-valia, a sensibilização que conseguimos promover, a nível nacional e europeu, também fala por si. Eu acredito que esta metodologia pode vir a ser adotada pelas agências ERASMUS para que quando alguma universidade se candidata possa demonstrar que cumpre créditos de inclusão porque como sabemos quando as entidades subscrevem a carta ERASMUS uma das questões que é colocada é se promove a inclusão das pessoas com deficiência. Ora para o aferir porque não utilizar esta metodologia que já existe? Portanto há resultados que nós alcançámos que são irreversíveis e avanços muito significativos na inclusão. Um rótulo de qualidade é algo mais institucional que nós almejamos mas que pressunha passos que nós não estávamos conseguir alcançar.

L.B.: O Bloco de Esquerda defendeu recentemente a isenção de propinas para jovens com deficiência no ensino superior. Na sua opinião, esta é uma medida que tem potencial para captar e manter os alunos com deficiência no ensino superior?

J.P.: Eu tenho de ver os dois lados da questão. Eu sou pró-reitor da universidade e já fui membro do conselho de gestão, e eu sei que as instituições de ensino superior, todas, se debatem com a questão financeira. Portanto, nós não devemos pura e simplesmente aplicar a isenção de propinas, o que não quer dizer, no meu entender, que se deva exigir a todos o pagamento de propinas de igual forma e o que não quer dizer que não se possa isentar pessoas com deficiência do pagamento de propinas. No meu entender isso deve ser feito não em função de uma isenção prévia de propinas mas em termos de uma questão de mérito. Claro que se houver necessidade de apoio social o aluno com deficiência deve aceder a ele, se calhar até tem mais por ter gastos adicionais, mas deve depois haver uma questão de mérito e eu acho que aquilo que eu percebo é que os alunos com deficiência não têm problema nenhum em receber bolsas de mérito porque – e isso foi falado pela secretária de estado na conferência que fizemos na Gulbenkian – estas pessoas dedicam-se de tal maneira ao estudo e ao trabalho que facilmente conseguem, apesar das dificuldades, ter bons resultados. E eu acho que é por aí... e essa seria uma fórmula que serviria a todos. Isenções cegas, acho que não, isenções por mérito e com critério, acho que sim. **LB**

➤ Acessibilidade

Lisboa - Uma Cidade Amiga de Todas as Pessoas!



O Plano de Acessibilidade Pedonal define 100 ações para tornar Lisboa mais acessível.

Por Carla Clérigo,
Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro dos Direitos Sociais, Equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal

O Plano de Acessibilidade Pedonal define a estratégia da Câmara Municipal de Lisboa (CML) para promover a Acessibilidade na capital, até ao final de 2017. Tem uma missão: tornar Lisboa Acessível. Como? Através da prevenção do aparecimento de novas barreiras; da eliminação das barreiras existentes e da mobilização da comunidade. - LEAD

O Plano apresenta um conjunto de 100 ações, organizadas em cinco áreas: via pública; equipamentos municipais; fiscalização dos particulares; articulação com a rede de transportes públicos e interação com o cidadão.

A sua execução permite à CML cumprir as suas obrigações legais em matéria de Acessibilidade e de Não Discriminação das Pessoas com Deficiência.

O processo de trabalho envolve a articulação com vários serviços municipais e a participação de várias organizações e cidadãos representativos da sociedade civil. Pessoas de todas as idades. Pessoas com e sem deficiência. Com mais ou menos condições para andar a pé, para vencer degraus e obstáculos, para esperar pelo transporte público, para atravessar a passadeira em segurança...

A CML tem vindo a intervir no espaço público e aproveitar para eliminar, prevenir os obstáculos e promover a adaptação progressiva dos espaços e edifícios existentes. Quando uma rua não é amiga dos peões e não está incluída em nenhum dos programas municipais

que visam tornar mais fácil andar a pé em Lisboa, a Equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal (EPAP) opta por realizar pequenas intervenções, tais como: retirar obstáculos, nivelar passadeiras ou regularizar o pavimento, mas que são suficientes para aumentar o conforto e a segurança de quem circula.

O Programa de Adaptação de Passagens de Peões Semaforizadas está, neste momento, a ser alvo de experimentação por pessoas com deficiência visual um Semáforo para Todos os Peões. O equipamento teste está instalado nas nove intersecções da Rua Alexandre Herculano, para facilitar do ponto de vista logístico a realização de observação e teste. O equipamento consiste em:

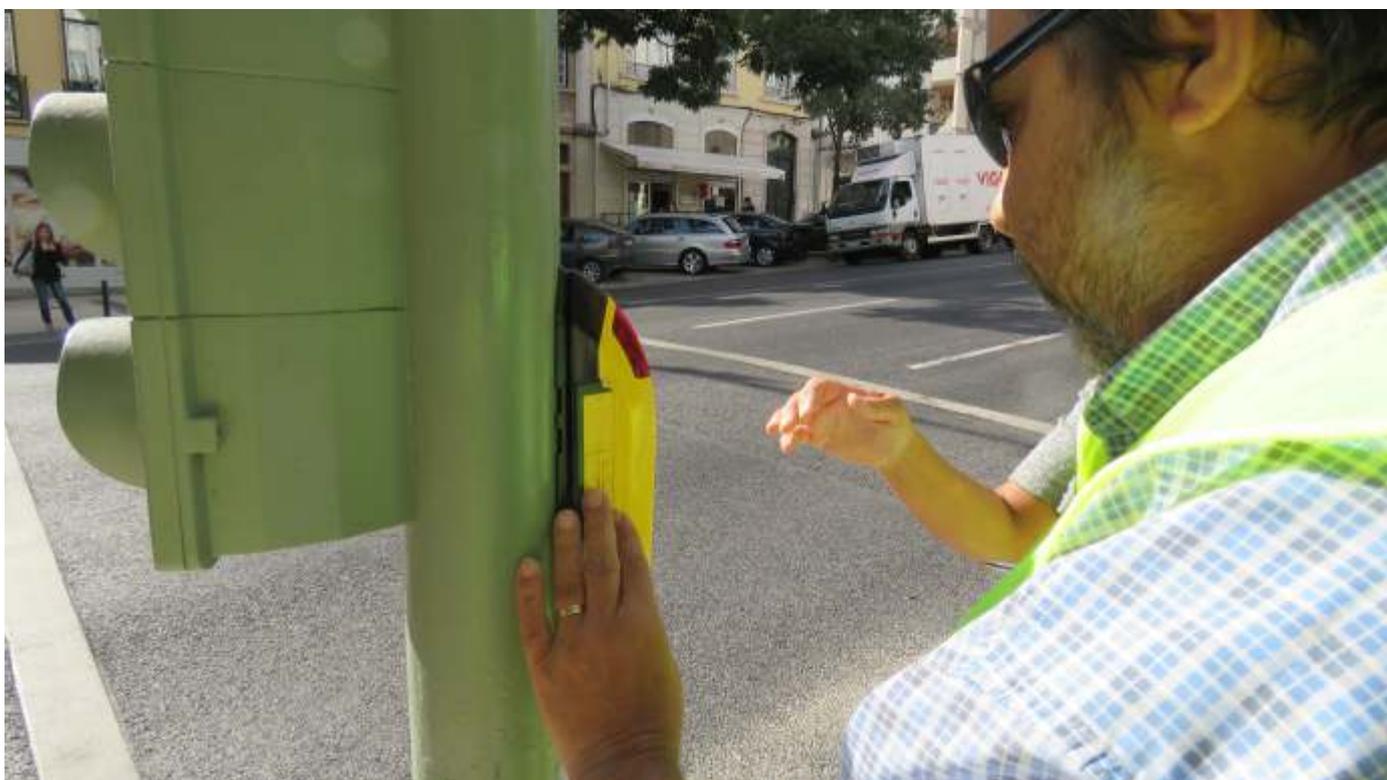
- 1) Dispositivo de ativação em placa, em vez de botão encastrado (que não é acessível para quem tem limitações de manuseamento);
- 2) Suportes alternativos de transmissão do sinal semafórico: som e vibração;
- 3) Introdução de sons complementares: (a) de localização (quando está vermelho) e (b) de registo do pedido (que inclui nome da rua a atravessar);
- 4) Introdução de elementos em relevo para indicação: (a) da direção de atravessamento e (b) da configuração do atravessamento.

Uma outra das ações do Plano designa-se Boas Práticas para a Instalação de Assembleias de Voto Acessíveis. Para execução desta ação a autarquia desenvolveu uma ferramenta de trabalho para apoio aos responsáveis locais pela preparação do ato eleitoral. Este documento apresenta de forma sistematizada as normas técnicas de acessibilidade aplicáveis aos locais em que esteja prevista, ou em ponderação, a instalação de assembleias de voto. Esta ferramenta apoia o diagnóstico e melhoramento dos referidos locais.

Ainda no âmbito desta ação, foram estabelecidos contatos com a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Ministério da Administração Interna (MAI), sobre uma proposta de criação de uma Máscara de Braille que pudesse ser disponibilizada aos eleitores com deficiência visual. Ainda não recebemos resposta, mas a autarquia está disposta a colaborar no processo, incluindo na realização de testes.

Atualmente disponibiliza-se ao eleitor com deficiência visual um boletim de voto que este não consegue, sozinho, ler nem usar, permitindo-se-lhe que se faça acompanhar por uma pessoa que o apoie na leitura e uso do boletim.

Estes procedimentos só aparentemente são neutros, porque efetivamente colocam o eleitor com deficiência visual perante uma situação de dupla desvantagem. Primeiro, porque o obrigam a partilhar o seu sentido de voto com uma terceira pessoa (independentemente da integridade que esta possa ter, esta tomará necessariamente conhecimento do "segredo"). Segundo, porque para exercer o seu direito de voto secreto (só parcialmente secreto) o eleitor com deficiência visual tem de se "munir" de um acompanhante em quem tenha confiança pessoal – condição que não é, na prática, imposta aos eleitores sem deficiência visual, que podem ir votar sozinhos.



“O Programa de Adaptação de Passagens de Peões Semaforizadas está, neste momento, a ser alvo de experimentação por pessoas com deficiência visual.”

Esta situação de desvantagem tem vindo a ser repetidamente referida, ao longo dos anos, pela comunidade de pessoas com deficiência, tendo sido objeto de uma recomendação específica das organizações que integram o Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência da CML.

A Máscara de Braille destina-se a pessoas com baixa visão, capazes de ler letras em grande formato, e a pessoas com deficiência visual capazes de ler Braille. Não está em causa a alteração dos boletins de voto, mas tão só o fornecimento de uma ferramenta para apoiar a leitura e uso do boletim de voto. Consiste num “envelope”, com o formato e a informação idênticos ao do boletim de voto. O “envelope” possui aberturas coincidentes com os quadrados onde se marca o voto. Junto a cada quadrado está o texto em caixa alta e o texto em braille com a identificação das candidaturas (sem foto, nem símbolo).

A Mesa de Voto fornece ao eleitor com deficiência visual um boletim de voto e a Máscara de Braille. Podendo, para ajudar, inserir de forma correta o boletim no interior da Máscara. O eleitor pode dirigir-se sozinho à cabine de voto, ler o boletim de voto, e inscrever o seu voto diretamente no boletim, através da abertura existente na Máscara. Logo depois, ainda dentro da cabine de voto, pode retirar o boletim preenchido do interior do “envelope” e, à semelhança de todos os eleitores, dobrá-lo em quatro e entregá-lo ao Presidente da Mesa.

Por último, é de referir que a EPAP disponibiliza ainda apoio técnico a serviços e empresas municipais, Juntas de Freguesia e outras entidades, incluindo cidadãos



O Plano de Acessibilidade Pedonal deverá estar concluído até ao final de 2017.

interessados na defesa dos seus direitos, cuja intervenção assume relevância estratégica para o Concelho, nas áreas de Via Pública (incluindo a segurança rodoviária e a acessibilidade dos peões); Equipamentos Municipais; Fiscalização de Particulares; Articulação com a Rede de Transporte Público; Turismo Acessível e Acessibilidade em Assembleias de Voto. **LB**

➤ Reabilitação

Cedo para ser velho e tarde para ser cego



“A Organização Mundial de Saúde classifica cronologicamente o início da terceira idade aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento”.

Por Cristina Almeida,

Técnica Superior e Inserção Social na Delegação de Lisboa da ACAPO

Uma vida mais longa é um recurso incrivelmente valioso. Proporciona a oportunidade de repensar não apenas no que a idade avançada pode ser, mas como todas as nossas vidas podem se desdobrar.

A Organização Mundial de Saúde classifica cronologicamente o início da terceira idade aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento. Actualmente a esperança média de vida é de 74 anos nos países industrializados e de 50 anos nos países em vias de desenvolvimento.

O envelhecimento, pressupõe alterações naturais e gradativas ao nível físico, psicológico e social, sendo a característica mais evidente a diminuição da capacidade de adaptação do organismo face a alterações do meio ambiente. Ao mesmo tempo que a população envelhece, o estatuto e as atividades das pessoas mais velhas mudam consideravelmente. Não é possível pensar no envelhecimento como um evento isolado, dissociado de experiências vividas ao longo da vida. É importante destacar que é necessário observar a verdadeira realidade.

Todos sabemos que envelhecemos a cada dia que passa; sabemos que em determinada altura das nossas vidas experienciamos momentos de incapacidade podendo ser temporária ou permanente, sendo experienciada e vivenciada de uma forma singular dependendo de inúmeros factores e não de um grupo específico.

Quando falamos de uma deficiência essa pode ser mais ou menos incapacitante tendo em conta o meio em que a pessoa vive e os recursos que possui. O período da vida em que a pessoa adquire a deficiência, e como se conscientiza dela, tem importância na forma como ela enfrenta as mais variadas questões resultantes desse acontecimento. No caso específico da deficiência visual, para uma pessoa que possua visão, a perda deste sentido é terrível, dada a elevada relevância a ele atribuída na nossa vida e sociedade, sendo necessário uma profunda reorganização na vida destas pessoas que requerem um apoio urgente para que possam lidar com esta perda.

São inúmeras as causas de cegueira numa fase tardia como: a catarata, considerada a maior causa de cegueira no mundo; o glaucoma, as diabetes e a degeneração macular que esta relacionada à idade (DMRI), esta é a causa mais comum de cegueira irreversível no Ocidente, entre os 65 e 75 anos.

Cuidar da saúde ocular durante toda a vida, a fim de prevenir problemas que possam comprometer a visão, parece ser uma observação corriqueira ou mesmo óbvia, mas muitas vezes passa despercebida. Muitos avaliam a perda de visão como sendo uma característica do envelhecimento. Lembro que essas alterações orgânicas, que podem ocorrer no processo de envelhecimento, extrapolam o âmbito fisiológico, alcançando as dimensões psicológicas e sociais entre outras.

Quando a pessoa idosa se queixa de dificuldades para ler ou realizar trabalhos manuais, bordar, fazer tricô, crochê, andar e fazer outras atividades que exigem uma visão mais apurada é possível que esteja com algum problema de visão. A perda ou a substituição de determinados interesses/atividades rotineiras podem ser alarmes para quem está próximo como por exemplo: substituir o tempo/interesse que dedicava a leitura pela televisão ou mesmo as «desculpas» para não sair de casa.

A evolução tecnológica em geral, e das ciências médicas em particular, permite um elevado número de pessoas melhorar a sua acuidade visual e evitar a cegueira. De facto, uma melhor informação da população, associada aos enormes avanços que se foram conquistando nos últimos anos em matéria de diagnóstico e tratamento das doenças oftalmológicas, possibilita hoje a prevenção e o tratamento de doenças consideradas incuráveis há alguns anos. Embora a oftalmologia nacional se caracterize por um elevado nível de qualidade técnica e científica, torna-se indispensável potenciá-lo e humanizá-lo, tendo em conta as especificidades e os recursos locais existentes a fim de melhorar o acesso da população aos cuidados de saúde visual.

Apesar dos avanços, ainda persiste um vazio enorme no acompanhamento ao utente com cegueira. Para a saúde, este deixa de existir quando perde a visão. Torna-se urgente que a parte médica possa estruturar o utente idoso antes da sua condição de cegueira, oferecendo-lhe ferramentas para iniciar o seu processo de adaptação e

reabilitação. Acredito que para a parte médica torna-se penosa essa condição, já que para a mesma, o objectivo é restabelecer ou manter a visão e não a sua perda, no entanto, para que a pessoa idosa mantenha confiança em si própria, é indispensável que ela possa confiar naqueles que a cercam, e que sinta segurança face ao futuro. Assim sendo, depreende-se que os que estão mais próximos afetam o processo de adaptação e reabilitação. É fundamental que a parte médica seja dotada de informação e práticas que possam numa primeira fase estabilizar o utente e familiares respondendo a necessidades básicas de quem possui um diagnóstico de perda progressiva de visão, prevenindo complicações secundárias como: sofrerem quedas; cometerem erros com medicações; apresentarem quadros depressivos e de ansiedade; entre outras.

Falar na deficiência visual na terceira idade pressupõe falar também de outras perdas (auditiva; motora; cognitiva) que inevitavelmente afectam a pessoa idosa, resultado do próprio envelhecimento. A avaliação funcional é de extrema importância na reabilitação, esta permite a avaliação da capacidade funcional do utente idoso com deficiência visual permitindo aos técnicos de reabilitação e aos demais membros da equipa multidisciplinar uma visão mais precisa da deficiência e ao impacto da comorbidade (por exemplo: existindo mais duas patologias: ser diabético e hipertenso). É necessário também, compreender a forma como uma situação de dependência de um membro idoso que adquiriu a deficiência visual é assumida no contexto familiar e que impacto tem, sobretudo para a pessoa/familiar que assume a responsabilidade central pela prestação de cuidados. O apoio ao nível da informação e formação dos serviços de reabilitação assume assim um carácter essencial, para dotar a família de competências necessárias. Torna-se importante que os técnicos nas mais diversas áreas possam identificar os fatores que propiciam e interferem na qualidade de vida da pessoa idosa como por exemplo: (falta de) condição funcional; (falta de) financeira; (falta de) suporte familiar; (falta de) oportunidades; o seu isolamento social; um ritmo e estilo de vida não condizentes com o seu; perda de status profissional e social; (falta de) opções de lazer; barreiras provocadas pelo avanço tecnológico (culturais e técnicas); dificuldade de acesso a novas informações; falta de recursos para atender às suas necessidades e um ambiente físico pouco acessível.

Pouco se investe na reabilitação da pessoa idosa e muito menos, quando esta adquire uma deficiência visual. Todos os programas/respostas estão orientados para crianças ou para pessoas em idade activa, o que leva muitas vezes a uma acomodação por parte da pessoa idosa e a uma aceitação no sentido de resignação, por pensar que realmente já tenha cumprido o seu papel social, não restando nada a fazer a não ser ajudar os membros da sua família na medida do possível e não atrapalhar nas rotinas diárias.

Parte das respostas para a reabilitação da pessoa idosa com deficiência visual é prestada por Associações com serviços específicos na área da deficiência visual, quer no atendimento quer nas áreas de intervenção como: Apoio social; Apoio psicológico; Habilitação/Reabilitação (Orientação e Mobilidade, Braille, Actividades de Vida Diária, Novas Tecnologias; Desenvolvimento e Estimulação Sensorial – desenvolvimento de competências cognitivas, comportamentais e psicomotoras); Actividades culturais, lúdicas e desportivas adaptadas. A importância de participarem em grupos com temáticas motivacionais/interesses, de um modo geral, apresentam modificações positivas nas suas vidas, como a reconquista da auto-estima, a ampliação das amizades e do leque de actividades.



“Pouco se investe na reabilitação da pessoa idosa e muito menos, quando esta adquire uma deficiência visual”.

Ao longo do trabalho desenvolvido com pessoas que adquiriram a deficiência visual tardiamente, grande parte das respostas para uma reabilitação bem-sucedida encontram-se no contexto em que vive. Se questionarmos uma pessoa idosa sobre onde se sente segura, com certeza que a resposta será «em minha casa». As características dos contextos em que se vive podem constituir importantes riscos para a saúde e obstáculos para a actividade e participação, mas possuem um potencial de serem protectores e capacitadores, estimulando comportamentos e capacidades ou compensando dificuldades. Torna-se necessário adaptar o ambiente à pessoa na condição de cegueira, este processo de adaptação pode envolver alterações no ambiente nem sempre fáceis de serem realizadas frente a escassez de recursos financeiros e de apoio familiar, no entanto, trabalhar em termos reabilitativos a pessoa idosa com deficiência visual no seu contexto habitacional é regenerar e repor a segurança e a confiança que perdera nesse espaço. Nada substitui o seu espaço, as suas coisas! A segurança e a conquista na realização de tarefas rotineiras do seu dia-a-dia fazem desenvolver novas

potencialidades, até então desconhecidas ou inexploradas, através do treino das componentes físicas que condicionam a funcionalidade (mobilidade, força muscular, equilíbrio, resistência ao esforço) e do treino específico de atividades funcionais e das atividades da vida diária que poderão maximizar o seu desempenho funcional/cognitivo. É importante referir que todas as pessoas que adquirem a deficiência visual possuem um manancial de experiências e aprendizagens e uma memória visual de tudo o que vivenciaram com a visão. Torna-se urgente o apoio em termos reabilitativos diminuindo o risco de perder aquisições e saberes que possuem, necessitando apenas de adaptar esses saberes a uma nova forma de os executar.

Embora a causa da perda de uma determinada função possa nunca ser resolvida, a pessoa idosa com deficiência visual pode adquirir maior independência no seu desempenho funcional para as atividades básicas e diárias compatíveis com seu estilo de vida. A independência na realização das Atividades da Vida Diária (AVD) é de grande importância na vida das pessoas pois envolve questões de natureza emocional, física e social. Estas atividades envolvem atividades básicas (capacidade para alimentar-se, transferir-se, vestir-se, fazer a sua higienização) e instrumentais (preparar as refeições, lavar roupa, cuidar da casa, fazer compras, usar o telefone, usar transporte, reconhecer e gerir o dinheiro e os medicamentos). Cada atividade deve ser avaliada em termos da função e acção, procurando a identificação de rotinas anteriores, execução actual, problemas actuais e em potencial na pessoa idosa.

“Acredito que a reabilitação deva ser um processo contínuo, que deve ser iniciado em meio hospitalar”

Independentemente da faixa etária, a dependência pode alterar a dinâmica familiar, os papéis desenvolvidos pelos seus membros, interferindo nas relações e no bem-estar da pessoa dependente e dos seus familiares. É importante avaliar a motivação do idoso para participar do processo, assim como o suporte e envolvimento de familiares e amigos, os quais são factores fundamentais para o sucesso do programa de reabilitação.

Voltar a se deslocar em segurança na sua habitação e fora dela compreende várias etapas e uma condição de saúde controlada e assegurada pela parte médica quando existem casos que inspirem mais cuidado. Os problemas de mobilidade atribuídos à pessoa idosa estão normalmente relacionados com distúrbios no equilíbrio, na marcha e na força muscular dos membros inferiores, pelo que é muito importante ter em conta estes três factores num programa de actividade física para pessoas idosas com deficiência visual e na sua aprendizagem da utilização da bengala branca para se deslocar. Cada actividade deve ser avaliada em termos da função e acção, procurando a identificação de rotinas anteriores,

execução actual e problemas actuais e no potencial da pessoa idosa.

Torna-se urgente encontrar respostas na deslocação de muitas pessoas idosas que cegaram e que não reúnem condições quer físicas/cognitivas para se deslocarem de bengala branca com independência. A resposta a uma reabilitação não se encontra apenas na aquisição de uma bengala e na deslocação com a mesma, reside na potencialidade da pessoa voltar a restabelecer aspectos essenciais na sua vida, esses devem ser alcançados de uma forma consciente face à sua condição de saúde. Para tal é necessário informar a pessoa idosa da existência de serviços que possam apoiá-la; na procura de atividades ocupacionais que vão ao encontro do seu interesse; no aconselhamento e aquisição de produtos de apoio específicos para a deficiência visual facilitadores na realização de determinadas tarefas e atividades da vida diária; no ensino/aprendizagem na utilização desses produtos de apoio fazendo com que a pessoa possa potenciá-los em diferentes atividades tendo em conta a sua funcionalidade; na adaptação do seu espaço habitacional de forma a organizá-lo tendo em conta as suas necessidades; na deslocação na sua zona de residência e fora dela.

Em suma, a falta de apoios e respostas imposta no período da perda visual, resulta no aumento da perda funcional, gerando um ciclo vicioso no qual a pessoa idosa torna-se menos capaz de retomar o seu nível de actividade anterior e com maior risco de adquirir problemas físicos adicionais. Neste sentido, acredito que a reabilitação deva ser um processo contínuo, que deve ser iniciado em meio hospitalar. A saúde deve fomentar a articulação com associações e serviços específicos na área da deficiência visual. A qualidade de um serviço depende em grande escala da capacidade de perceber que quando não possui respostas para oferecer aos utentes que acompanha, deve encaminhar para um serviço que possa responder as suas necessidades. Apesar das respostas existentes na área da deficiência visual em áreas específicas de acompanhamento (atividades da vida diária; orientação e mobilidade; terapias ocupacionais; formação em tecnologias da comunicação; atividades de lazer e desporto), ainda existe uma carência enorme nas respostas a serem dadas a esta faixa etária, estas ainda requerem um grande investimento envolvendo várias entidades /associações; serviços e áreas específicas de apoio na área da reabilitação.

Lembrar ainda que cada pessoa idosa possui a sua história de vida, diferente de qualquer outra. O que pode significar qualidade de vida para ela pode ser diferente e ter um significado diferente para o seu familiar ou profissionais. Torna-se urgente delinear estratégias de apoio na deficiência visual nesta faixa etária. **LB**

“A pessoa idosa conserva as suas faculdades mantendo os seus interesses vivos”.

Cícero

➤ Educação

Alunos com deficiência visual A escola espera por mim?

Por Margarida Loureiro,

Docente de Educação Especial, especializada em Problema de Visão. Assessora Técnico Pedagógica na Pró-Inclusão—Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

O António vê muito mal, é quase cego! - Disse a mãe, na secretaria da escola, no dia em que foi matriculá-lo para frequentar o Jardim de Infância, que fica três ruas abaixo da sua casa. Não tinha a certeza de que ficaria ali. Haviam-lhe dito que teria de ir para uma Escola que dista quase meia hora de sua casa. Tinha feito os três anos, havia um par de meses, e tentava imaginar tudo aquilo que o seu filho iria agora enfrentar, interrogando-se sobre se a escola estaria preparada para o receber e se os professores saberiam como ensiná-lo. E ele, como é que se iria adaptar?

Quando chega o momento da entrada no Jardim de Infância ou na Escola, é natural que os pais de crianças com deficiência se sintam inseguros. De entre as questões que mais os sobressaltam, em geral, estão a eventualidade do seu filho não vir a receber o apoio adequado, ser maltratado por colegas ou ficar em desvantagem em relação aos seus pares nas diversas situações de interação e de aprendizagem.

O mesmo acontece com os professores que vão receber um aluno com deficiência visual na sua turma. O primeiro impacto pode ser difícil, pois exigirá uma adaptação quer por parte dos próprios, quer por parte dos colegas.

Tentaremos abordar algumas das principais questões que preocupam tanto os pais como os professores, traçando algumas diretrizes básicas para que a inclusão de alunos com deficiência visual seja melhor compreendida e facilitada.

A importância da socialização - É consensual que a escola é o melhor para a criança, sempre! O ser humano aprende com os seus pares e, nesta convivência, o cérebro é estimulado. O fato de a criança estar exposta a esse estímulo, mesmo que não consiga os mesmos resultados que as outras crianças, faz e, dessa forma, vai-se estruturando conceptualmente quer em relação ao ambiente que a rodeia, quer na construção das relações sociais e afetivas.

Relativamente à criança com baixa visão ou cegueira, o processo de socialização é, naturalmente, mais complexo que o da criança normovisual, pois, embora percorrendo as mesmas etapas, pode ser seriamente afetado não por fatores intrínsecos à cegueira, mas por parte da sociedade, o que pode constituir um obstáculo grave à inclusão plena da criança cega no seu meio social. Tendo em conta esta realidade, a criança virá a considerar-se capaz ou incapaz, na medida em que os outros a considerarem uma coisa ou outra e também na medida em que, ao agir, toma consciência da sua eficácia ou ineficácia. O educador atento intervirá reforçando e

estimulando os aspetos positivos, corrigindo os negativos, mas evitando sempre atitudes quer punitivas, quer superprotetoras, pois estas são bloqueadoras, induzindo ou reforçando a inibição na criança, bem como a expectativa de dependência. Ao desenvolver uma autoimagem positiva, a criança tenderá a agir, torna-se eminentemente ativa e, nessa atividade, procurará o contacto dos outros porque sente e sabe que pode ser aceite por eles.



“É evidente que se a criança deficiente visual beneficiar de uma educação em conjunto com crianças que veem, estarão lançadas as raízes da construção de um conceito positivo de si própria”.

É, pois, evidente que se a criança deficiente visual beneficiar de uma educação em conjunto com crianças que veem, estarão lançadas as raízes da construção de um conceito positivo de si própria. Se, pelo contrário, for educada numa escola especial para cegos, constrói uma imagem de si própria em que a sua deficiência se destaca como elemento de diferenciação entre o grupo a que pertence e os outros. Este facto dificultará posteriormente a sua integração na sociedade. Chapman e Stone (1988), citados em Dias (1995), afirmam, a propósito da educação das crianças com deficiência visual: “A integração das crianças deficientes visuais em escolas regulares tem um significado particular nos termos da integração social e, no desenvolvimento emocional e social, assume particular relevo”.

Como princípio, defendemos o benefício da escolaridade realizada em conjunto, crianças normovisuais e com deficiência visual, orientada por educadores com formação adequada. Esta fará salientar o que de comum existe entre todas as crianças, pois as diferenças atenuam-se e são os elementos comuns que passam a ocupar o primeiro plano da imagem de si próprio, que a criança deficiente visual elabora a partir das suas relações com o meio humano estimulante e dinâmico que a escola lhe proporciona. Este facto vai ser facilitador e determinante para o sucesso da sua integração social.

Por outro lado, são largamente reconhecidos os ganhos para os seus pares que veem. Ter um amigo cego ou com baixa visão, obriga os colegas da turma a ficarem mais sossegados - afinal, eles sabem que escutar é essencial para ele. O silêncio em sala de aula acaba por beneficiar todos, desenvolvendo-se igualmente o espírito de colaboração - é comum que se estabeleça uma rotina

entre os colegas para ajudarem o seu companheiro com deficiência visual. Além dessa estratégia estimular a aprendizagem de todos, a colaboração e a solidariedade são trabalhadas diariamente. Aliás, estudos comprovam que alunos que estudam com colegas com deficiência também aprendem mais. E por que é que isso acontece? Porque, se a escola se compromete em procurar soluções alternativas para os processos de ensino-aprendizagem, todos os alunos acabam por beneficiar.

Mas quais os modelos de intervenção educativa mais adequados às necessidades da criança com deficiência visual? Começamos por identificar as quatro áreas básicas no seu desenvolvimento: (1) Estabelecimento de laços afetivos; (2) Desenvolvimento Perceptivo-motor; (3) Aquisição da linguagem; (4) Conceito do Eu e noção de objeto.

(1) Como ser sociável que é, o bebé reage a seres sociáveis, reage a estímulos, provoca, adapta-se ao outro e reage ao outro. No caso do bebé cego, este indicador - interesse e exploração - tem que ser muito motivado, pois a ausência do sentido da visão isola-o das primeiras solicitações do mundo exterior, impedindo-o das vivências naturais.

(2) Deve-se iniciar o bebé a gatinhar com um brinquedo que role, ajudá-lo a empurrá-lo para a frente e para trás; empurrá-lo para a frente, com o adulto a apoiar os pés do bebé com as mãos, e tentar que ele o vá apanhar gatinhando, incutindo no bebé o desejo de explorar e manipular tudo o que o rodeia; ajudar o bebé a pôr-se de pé; colocar os pés do bebé em cima dos do adulto, pegá-lo debaixo dos braços e andar; colocar uma corda esticada ao longo das paredes do quarto, à altura da sua cintura, ajudá-lo a caminhar e mais tarde a correr. Se houver fontes sonoras nos cantos do quarto, não só será um incentivo para ele andar, como também uma referência que vai ajudá-lo a orientar-se.

(3) Quanto à aquisição da linguagem, a criança com deficiência visual, particularmente a criança cega, apoiando-se preferencialmente num universo sonoro, bastante cedo vocaliza, também de um modo preferencial, a mãe. A aquisição da linguagem oral das crianças cegas processa-se de modo semelhante à das crianças normovisuais. Mas sendo a linguagem, uma componente da organização sensoriomotora intimamente relacionada com o estabelecimento de laço afetivos, por vezes, nas crianças cegas, o atraso no desenvolvimento da linguagem, pode verificar-se como consequência da pobreza de experiências. É importante encorajar os diálogos verbais entre os pais e a criança - mesmo no período pré-verbal - designar sempre as pessoas, objetos e ações que rodeiam a criança.

(4) Assim, progressivamente, se vai estruturando o "eu" infantil, primeiro conhecendo os limites do seu próprio corpo, para depois chegar à distinção do conhecimento de si próprio e do outro. Algumas crianças cegas manifestam dificuldades entre o emprego do Eu e do Tu, bem como em distinguir o apontar as partes do seu próprio corpo e do corpo do outro, para o que é indispensável muito treino.

O contributo do Jardim de infância - Feitas as aquisições

básicas dos primeiros anos de vida, quando chega ao jardim de infância, a criança alarga o seu universo limitado, até aí, ao núcleo familiar. A partir dos três anos a criança aceita brincar com outras crianças, sai do seu espaço pessoal, confinada a si própria e às pessoas com quem interage, para se aventurar no espaço dessas crianças. O jardim de infância desempenha um contributo importante a este nível, pois proporciona à criança com deficiência visual vivências que favorecem a sua estruturação.

No âmbito da motricidade, a realização de atividades motoras grossas e finas, é de extraordinária importância. Como foi referido antes, o desenvolvimento motor está na base do desenvolvimento cognitivo e da linguagem, sendo também particularmente importante o equilíbrio e a postura. Com o objetivo de promover experiências nesta área deve-se ensinar a criança a distinguir os sons, ajudando-a a reconhecer um som e orientar-se na sua direção, para mais tarde poder identificar, procurar e encontrar uma fonte sonora: à direita, à esquerda, em cima, em baixo; ter a noção da sua posição relativamente ao local onde os objetos se encontram ou de onde os sons provêm; obedecer corretamente a ordens; o que deve fazer das suas mãos quando anda, corre ou salta, sobe ou desce escadas, adquirindo equilíbrio e ritmo. Feitas estas aprendizagens a criança cega descobre como utilizar da melhor forma os seus sentidos, adquirindo independência nas atividades da vida diária e a sua curiosidade por tudo o que a rodeia, aumentará. No entanto, para que a criança possa explorar em segurança, terá que ser iniciada nas técnicas básicas de Orientação e Mobilidade (OM), com ou sem bengala, e que são fundamentais para uma deslocação independente. As vantagens são extraordinariamente significativas:

I- Beneficia a maneira de andar e a postura.

II- Promove o movimento - sente-se mais confiante, segura e ativa.

III- Favorece a exploração do meio ambiente e desenvolve conceitos.

IV- Influencia as atitudes - as crianças estão mais abertas às inovações e menos preocupadas com as opiniões dos outros pelo que a bengala passa rapidamente a ser um objeto de uso comum da criança e os colegas a encarar com naturalidade.

V- Facilita a autonomia - a capacidade de andar sozinha, torna a criança muito independente; ao saber deslocar-se sozinha sente-se confiante e será apreciada pela sociedade em geral.

O processo de OM não deve ser confundido com a aprendizagem exclusiva do uso da bengala, uma vez que envolve muitas outras estratégias e recursos. OM é uma atividade motora e pode ser definida como um processo amplo e flexível, composto por um conjunto de capacidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais e por um elenco de técnicas apropriadas e específicas, que permitem ao aluno conhecer, relacionar-se e deslocar-se de forma independente e natural nas mais diversas estruturas, espaços e situações do ambiente. A criança estará pronta para aprender a técnica de bengala,

quando reúne dois requisitos: (1) conseguir pegar na bengala e (2) ter equilíbrio suficiente para andar sem apoios físicos.



“No âmbito da motricidade, a realização de atividades motoras grossas e finas, é de extraordinária importância”.

Outra atividade característica do jardim de infância é o jogo, a partir do qual se estabelece a comunicação livre dentro do grupo. O jogo social tem a sua primeira expressão no jogo entre os pais e a criança, sendo depois desenvolvido entre as próprias crianças. A grande importância que se lhe atribui, para o desenvolvimento da criança, deve-se ao facto de facilitar a comunicação, tanto ao nível da linguagem verbal como do próprio contacto físico, que para a criança cega é a forma mais apropriada de conhecer o outro. A criança fica mais sociável e vai criando amizades dentro do grupo. Em síntese, é necessário que a criança com deficiência visual cumpra, no jardim de infância, um programa adequado ao nível do treino tátil, auditivo e olfativo, que tenha experiências de contacto com o braille, através da utilização de etiquetas com o seu nome, livros escritos em Braille, da criação de um ambiente verbal, da realização de experiências cada vez mais ricas (situações de vida diária e jogo). É particularmente importante que ela desenvolva:

1- Capacidades motoras - desenvolvimento da coordenação física geral, motricidade grossa e fina, coordenação da manipulação dependente de um estímulo tátil.

2- Capacidades da linguagem - para aprender a ler, a criança tem que estar apta a partilhar ideias, pensamentos e experiências através da linguagem falada, estimular experiências orais e conceptuais planificadas para desenvolver a capacidade de comunicação com intenção e fornecer um bom nível de informação. A compreensão da linguagem falada é um requisito básico para o ensino do braille, pois a sua leitura exige a associação de um símbolo abstrato encontrado na página, com os sons que a criança já ouviu pronunciar.

3- Capacidades discriminativas e perceptivas - a discriminação e percepção são os pré-requisitos mais importantes da leitura. Sendo o jogo uma forma natural da criança agir, é também a sua maneira de trabalhar e aprender o que necessita, para participar na vida em sociedade. Todos os conhecimentos que a criança cega adquiriu através do jogo, constituem-se como alicerces

fundamentais para as aprendizagens futuras. Efetivamente, as atividades do jardim de infância são tão ricas e diversificadas que, quando bem orientadas, uma criança cega poderá começar a sua escolaridade com um nível idêntico à criança que vê.

Antes de terminar, gostaríamos de referir algumas das condições indispensáveis para a participação dos alunos cegos ou com baixa visão na escola, nomeadamente quando iniciam os processos formais de aprendizagem da leitura e da escrita. Estes alunos necessitam, obrigatoriamente, de materiais especiais (adaptados) que possibilitem a aprendizagem, como livros em braille ou ampliados, a máquina de escrita braille ou folhas e cadernos com pautas largas. As fichas de trabalho ou de avaliação também devem ser adaptadas. A escola deve providenciar esses materiais, solicitando-os, por exemplo, ao Centro de Recursos da Educação Especial (DSEEAS), da Direção Geral de Educação. Outra alternativa passa pela solicitação de uma avaliação do aluno, à equipa do Centro de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC), cuja área geográfica de intervenção, abranja a Escola em que o mesmo se encontra, para atribuição de produtos de apoio (máquina de Braille Perkins, computadores, software leitor de ecrã, cubarítmio, lupas, etc.).

Ainda que seja possível e, na opinião de muitos, preferível, que os alunos com deficiência visual frequentem as Escolas da sua área de residência, o que acontece, de facto, é que, nessa circunstância, dificilmente conseguem os recursos humanos e materiais necessários à sua plena inclusão e aprendizagem. Assim, de modo a conseguir-se uma melhor gestão de recursos, em Portugal, foi criada uma rede de escolas de referência para a inclusão de alunos cegos e com baixa visão, com vista a concentrar os meios humanos e materiais que possam oferecer uma resposta educativa de qualidade a estes alunos. Por essa razão, a maioria das crianças cegas ou com baixa visão são encaminhadas para estas Escolas que, em muitos casos, ficam bastante afastadas da sua zona de residência. São os serviços municipais que, por solicitação das Escolas, asseguram o seu transporte, obrigando à sua permanência na escola, por vezes, muito para além do seu horário letivo, enquanto esperam para regressar a casa. Tendo em conta esta realidade, os horários destes alunos devem, sempre que possível, contemplar os apoios necessários complementares a uma educação integral com vista ao desenvolvimento da sua autonomia e facilitadores da sua inclusão escolar e social. Os treinos de orientação e mobilidade, atividades de vida diária, ou de atividades físicas adaptadas devem estar contemplados neste horário extracurricular.

A entrada ou regresso do aluno com deficiência visual na ou à escola remeter-nos-ia para um conjunto vasto de reflexões que não couberam neste espaço. Um destes dias recuperaremos algum deste tempo para continuarmos esta partilha. **LB**

In <http://www.dge.mec.pt/escolas-de-referencia-para-educacao-de-alunos-cegos-e-com-baixa-visao>

➤ Tecnologia

Jogos Acessíveis

Por Rui Batista,
Programador

Jogar videojogos é certamente uma das actividades preferidas de muitas crianças, jovens e assim não tão jovens, nos dias de hoje. Começou-se pelas máquinas de arcadas em cafés e salões de jogos, mas foi com a massificação dos computadores pessoais e consolas, nas décadas de 80 e 90, que os videojogos se tornaram parte importante da cultura popular moderna. Mais omnipresentes ficaram com o advento da Internet, e posteriormente dos SmartPhones e Tablets.

Contudo, é com tristeza que facilmente se constata que esta é uma realidade pouco ou nada inclusiva para as pessoas cegas ou com baixa visão. Virtualmente nenhuma consola de jogos actual contempla ferramentas de acessibilidade dignas desse nome, especialmente leitores de ecrã funcionais, e o que existe funciona apenas em conteúdos básicos controlados pelos fabricantes das consolas. O mesmo acontece em grande parte para os jogos de computador e plataformas móveis: apesar de existirem, actualmente, ferramentas de acessibilidade robustas para ambos os casos, a indústria dos videojogos tem genericamente passado ao lado das necessidades das pessoas cegas e com baixa visão. Um exemplo recente e revelador, entre muitos, é a febre Pokemon Go, adorado e jogado por milhões, que ainda assim é totalmente inacessível para leitores de ecrã nos vários sistemas onde corre.

Os jogadores com baixa visão, dependendo do "quanto" e do "quê" que conseguem ver podem conseguir ou não jogar certos títulos generalistas. No entanto, com gráficos e cenários cada vez mais realistas e complexos, torna-se cada vez mais difícil e exigente encontrar jogos em que se jogue em igualdade.

O facto dos jogos considerados mainstream e de maior sucesso serem inacessíveis não implica que estejamos sem alternativas. Neste artigo pretendo dar a conhecer alguns tipos de jogos acessíveis a pessoas cegas e com baixa visão, e enumerar exemplos concretos, tanto para o computador como para plataformas móveis, em particular o iPhone. No final serão indicados recursos adicionais para quem pretende explorar mais esta temática e, quem sabe, perder-se em muitas horas de diversão.

Os Primórdios

Os primeiros relatos de um jogo que contemplava explicitamente pessoas com deficiência visual datam de 1974, quando a Atari introduziu no mercado a máquina de jogo Touch Me. Na sua versão original, esta consistia numa cabine com vários botões, cada um correspondente a uma luz ou a um tom sonoro. A cada ronda a máquina reproduzia uma sequência de luzes/sons, a qual tinha que ser repetida pelo jogador, carregando nos botões correspondentes pela ordem correcta. Visto que a sequência podia ser apreendida

tanto através da luz como do som, o jogo podia ser jogado por pessoas com e sem deficiência visual, e até com outras deficiências. Surgiram, posteriormente várias adaptações deste jogo, inclusive em máquinas portáteis. Houve igualmente um ramo dos jogos clássicos que tirou partido dos primórdios dos leitores de ecrã para PC e sintetizadores de voz: as chamadas Text Adventures (aventuras de texto). Nestes jogos o jogador introduzia comandos num terminal — "abrir porta", "ir para oeste",... — e o estado do jogo — descrições de interiores e caminhos, combates... — era-lhe comunicado através de texto simples no ecrã. Em sistemas MS Dos, com o velhinho Hal e um sintetizador Apolo, eram jogos totalmente acessíveis. Uma evolução deste conceito, os MUDs (Multi-user dungeon), trouxe a hipótese de jogar em rede com outros utilizadores, criando universos vivos e interactivos, não apenas dependentes da programação original do jogo.

Computadores e o Windows

Com a evolução do poder computacional e a massificação de placas de som nos computadores pessoais, foi possível criar-se jogos especialmente desenvolvidos para pessoas cegas ou com baixa visão. No princípio utilizando apenas sons simples e voz pré-gravada, passando pelo aproveitamento dos leitores de ecrã e sintetizadores de voz instalados no computador, até a jogos de design complexo que, através de técnicas de simulação de espaço e movimento do som — como som binaural — criam ambientes realistas e imersivos apenas através de efeitos sonoros. A estes jogos — baseados quase essencialmente som e/ou voz — é comum dar-se o nome de audiojogos ou audiogames. Existem incontáveis exemplos de audiojogos para o computador, especialmente para o sistema Microsoft Windows. A maioria deles desenvolvidos totalmente ou com a colaboração de programadores com deficiência visual. Indicamos e descrevemos abaixo alguns deles, uma amostra que se pretende abrangente e representativa, tendo em conta as limitações de espaço. DOS Vox: O sistema DOS Vox, desenvolvido no Brasil conta com diversas ferramentas para ajudar os cegos a interagir com o computador, entre as quais alguns audiojogos simples. Destaca-se o jogo da força e a sueca, que para além do suporte vocal incluem sons referentes às várias interacções do Jogo.

Shades of Doom: Da empresa GMA Games, da qual falaremos várias vezes, este jogo apresenta um mundo de realidade virtual apenas baseado no som. A acção passa-se numa base militar na qual ocorreu uma experiência falhada, causadora do aparecimento de diversos monstros e aberrações similares. Além da ajuda dum computador falante e várias armas, o utilizador conta com o som do vento, dos seus passos e de diversos objectos do ambiente para se orientar e sobreviver num espaço tridimensional pejado de perigos e desafios. Temáticas como esta são recorrentes em audio-jogos.

GMA Tank Commander: Da mesma GMA Games, este jogo é um simulador de um Tanque de Guerra moderno que, apenas através de som ambiente e vozes, trabalha

atrás das linhas inimigas para cumprir várias missões. Desde radares sonoros, indicações da tripulação do tanque ou barulhos do que está em redor, tudo contribui para uma experiência emocionante e gratificante para o jogador.

Time of Conflict: Ainda da GMA Games, este simulador de estratégia de guerra em tempo real ao estilo RPG permite ao jogador ser um general da segunda-guerra mundial e, gerindo navios, soldados e aviões, vencer o inimigo, pelo mar, ar e terra. Este jogo tem a particularidade de trabalhar em conjunto com os leitores de ecrã para Windows de forma a interagir de uma forma mais intuitiva com o utilizador. Além disto permite tanto jogar contra o computador como com outros jogadores, através da internet.

Sound RTS: Este já clássico audio-jogo é um audio-jogo de estratégia em tempo real, num mundo meio medieval meio fantasia, em que o jogador deve desenvolver a sua civilização e derrotar os adversários, isto é, computador ou outros jogadores. Neste jogo é preciso encontrar recursos para produzir soldados, arqueiros ou catapultas, edifícios para defesa e outros artefactos. Depois é atacar e defender, evoluindo as tropas até ganhar ou perder. Este jogo conta com voz pré-gravada e ambiente sonoro rico.

Topspeed3: Este simulador de corridas de carros usa apenas o som para indicar a posição do carro numa pista. Se o som vier do centro estamos no meio da pista, se vier de um dos lados, convém virar para não bater nos muros. É uma utilização bastante criativa do som para simulador uma realidade normalmente interdita às pessoas com deficiência visual: a condução.

PlayRoom: O PlayRoom, que acredito ser conhecido de vários leitores, é um salão de jogos online especialmente construído para pessoas cegas e com baixa visão. Conta com jogos de cartas, dominó, monopólio, entre outros. A interface é simples e confortável, integrando-se com os leitores de ecrã e dando suporte sonoro adicional.



“Um exemplo recente e revelador é a febre Pokemon Go, adorado e jogado por milhões, que ainda assim é totalmente inacessível para leitores de ecrã nos vários sistemas onde corre”

Plataformas móveis: iPhone

Actualmente o mercado dos audio-jogos derivou bastante para as plataformas móveis. Por um lado os dispositivos móveis actuais (smartphones e tablets) possuem um poder de processamento equivalente a muitos computadores, com as mesmas capacidades multimédia e novas formas de interacção com o utilizador, como o ecrã tátil, e a detecção de movimento através do giroscópio e acelerómetro. Por outro lado,

existiu uma tentativa de expandir a venda de audio-jogos a mais jogadores que não os com deficiência visual, o que gerou maior investimento e alguns títulos bastante interessantes. Se existe mercado para este tipo de jogos além de pessoas cegas e com baixa visão, é algo que ainda está para ser descortinado. Seguem alguns exemplos de jogos acessíveis para o sistema iOS:

Papa Sangre: Caracterizado como "um videojogo sem vídeo", este é possivelmente o audio-jogo para Mobile mais conhecido fora do âmbito da acessibilidade, premiado várias vezes pela indústria dos jogos. O jogador, após morrer, terá de sair de um palácio escuro, recheado de monstros e perigos, salvando o seu amor nos entretantos. A percepção do ambiente centra-se em audio tridimensional e notas musicais, e a deslocação faz-se através de movimentos do corpo (ou do telefone) e toques no touchscreen para andar. Os sons do jogo são de facto assustadores, o que em conjunto com narração de actores profissionais torna este jogo numa experiência única. Existem alguns outros jogos do mesmo género, dos quais destaco A Blind Legend.

Blindfold Pong: Inspirado no clássico jogo de arcade Pong, o jogador tem de atirar uma bola contra uma parede e recebê-la com a sua raqueta, cada vez mais rápido e guiado apenas pelo som. A rápida movimentação do corpo do jogador e a audição espacial é imprescindível para obter sucesso.

Naval Combat: Jogo simples de batalha naval acessível com o VoiceOver que suporta jogar tanto contra o "computador" (ou telefone) bem como contra outros jogadores, via internet.

No caso do sistema iOS (iPad e iPhone) existem bastantes mais jogos acessíveis e inclusivos, não criados especificamente para pessoas cegas ou com baixa visão.

Muitos dos chamados browser games - jogos para serem jogados no navegador web - podem ser jogados por utilizadores com leitores ou ampliadores de ecrã. Dois exemplos muito considerados e relativamente acessíveis foram o OGame (jogo de estratégia no espaço jogado em todo o mundo) e o Hattrick (simulador de treinador de football).

Notas finais.

Apesar da acessibilidade não ser, genericamente, uma prioridade da indústria dos videojogos, as pessoas com deficiência visual não estão totalmente excluídas de jogar tanto no computador como no telemóvel ou tablet. Os utilizadores com baixa visão, dependendo da sua acuidade visual, têm ainda mais alternativas.

Tentei indicar alguns audio-jogos, de vários tipos, que representam o que de melhor existe nesta área. Contudo, é certamente uma lista subjectiva, muito das minhas preferências e experiência. Dois recursos essenciais para quem se interessa por esta temática são o audiogames.net — a bíblia dos audio-jogos — e a sua versão em português — o Blind games Brazil em audiogames.com.br. [LB](#)

Por decisão pessoal, o autor deste artigo não escreve segundo as regras do novo acordo ortográfico.

➤ Direitos

Um sonho... ...com demasiadas barreiras



“O caminho para a eliminação de barreiras arquitetónicas é já hoje demasiado longo. Começou a trilhar-se em 1982, no Decreto-Lei n.º 43/82, de 8 de fevereiro, cuja aplicação foi sendo sucessivamente adiada”.

Por Rodrigo Santos

Jurista com especialização em Direitos das Pessoas com Deficiência / Presidente do Conselho Fiscal e de Jurisdição da ACAPO

Diz a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 71.º, que o Estado se obriga a assumir o encargo da efetiva realização dos direitos das pessoas com deficiência. A Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, enquanto lei que define o regime jurídico da habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiências ou incapacidades, tem como um dos seus objetivos desenvolver uma política global, integrada e transversal nestes domínios, através, entre outros, da promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência (art.º 3.º, al. C). A mesma lei, no seu artigo 32.º, consagra um regime específico, cometendo ao Estado a obrigação de adotar, mediante a elaboração de um plano nacional de promoção da acessibilidade, e tendo em atenção os princípios do desenho universal, medidas específicas para assegurar o direito à habitação da pessoa com deficiência, bem como o acesso das pessoas com deficiência aos espaços interiores e exteriores, eliminando as barreiras arquitetónicas na construção, ampliação e renovação – entende-se, desses espaços e das habitações. Ainda ao nível das leis enquadradoras, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de que Portugal é parte desde 2009, estabelece no seu artigo 9.º que os Estados Partes – como Portugal – se obrigam a tomar medidas apropriadas de forma a assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em condições de igualdade com os demais cidadãos, ao ambiente físico (espaços públicos, habitações, locais destinados ao público, entre outros), tanto em meio urbano como em meio rural. Esta disposição, por constar de uma Convenção internacional de que Portugal é parte, aplica-se no ordenamento jurídico português com força superior à de qualquer lei nacional, devendo por isso a interpretação da legislação nacional ter sempre em atenção este fim que a Convenção prescreve.

Ao nível da legislação comum, Portugal tem um regime jurídico que obriga ao cumprimento, nos edifícios e

espaços públicos, de um conjunto de regras de acessibilidade. Tal regime está, presentemente, regulado no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. O referido decreto-lei entrou em vigor seis meses após a sua publicação, ou seja, a 8 de fevereiro de 2007. O diploma estabelece um conjunto de normas técnicas, em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência. Não vamos aqui entrar em grande detalhe sobre as normas técnicas adotadas, nem vamos aqui analisar as controvérsias que a sua aplicação tem já originado na prática. Contudo, se na verdade costumamos pensar nestas questões de acessibilidade como sobretudo aplicáveis a pessoas com deficiência motora, não é menos verdade que também as pessoas cegas ou com baixa visão têm necessidades muito específicas para a sua mobilidade autónoma, muitas delas também contempladas neste Decreto-Lei. Falamos das soluções que permitam uma adequada visibilidade dos desníveis (escadas, desníveis entre os passeios e as estradas, por exemplo), bem como a sua sinalização com soluções que permita às pessoas cegas aperceberem-se desses desníveis, designadamente através da implementação de uma faixa que indique a aproximação de patamares ou desníveis com um material de revestimento de textura diferente, para permitir que, com a alteração da textura, as pessoas cegas identifiquem adequadamente tal desnível. Falamos ainda da sinalização com elementos táteis (alto relevo ou Braille) nas teclas ou comandos dos elevadores, ou dos sistemas de auto-atendimento (caixas Multibanco, sistemas de vendas de bilhetes ou de outros produtos e/ou serviços, etc.). Falamos ainda nas garantias de existência de luminosidade adequada, sobretudo para as pessoas com baixa visão, que lhes permita um uso confortável das infraestruturas e equipamentos disponibilizados. Desde 9 de janeiro de 2015 que todos os projetos urbanísticos têm ainda de ser acompanhados de um plano de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada, o qual deverá naturalmente garantir o respeito integral pelas diversas normas técnicas que permita a eliminação de barreiras arquitetónicas, e que permita assim que as pessoas com qualquer tipo de deficiência usufruam, em condições de igualdade, dos espaços destinados ao público e do meio edificado (locais de atendimento, locais de trabalho e habitações). Assim se garante também o direito à livre escolha de profissão, o direito à livre circulação, e o direito à livre utilização de tudo aquilo que é público, em condições de igualdade. Assim se garante também o direito à livre escolha de habitação, todos estes direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência.

O Decreto-Lei n.º 163/2006 estabelece, no seu artigo 9.º, que as instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos e espaços abrangidos por este diploma, cuja construção seja anterior a 22 de agosto de 1997,

devem ser adaptados de forma a cumprir com as regras nele estabelecidas no prazo de dez anos após a entrada em vigor desta legislação, ou seja, até 8 de fevereiro de 2017. No dia-a-dia, todos encontramos inúmeros exemplos de instalações, edifícios habitacionais e de comércio, estabelecimentos, públicos e privados, equipamentos dos mais diversos tipos (de lazer, de serviços, entre outros), e espaços públicos (ruas, praias, estações ou paragens de transportes, entre outros) que não cumprem o disposto na presente lei. Em suma, Portugal tem uma boa legislação nesta matéria, mas que não é, muitas vezes, cumprida, nem naquilo que é construído de novo nem nas operações de alteração, reabilitação ou renovação. É certo que, num retrocesso de cuja constitucionalidade duvidamos seriamente, o legislador veio criar um regime excecional, previsto no Decreto-Lei n.º 53/2014, que dispensa do cumprimento destas regras as operações de alteração ou reabilitação dos edifícios ou espaços com mais de 30 anos em 2014, ou que se insiram em áreas de reabilitação urbana, os quais ficam, de forma simplista, isentos da obrigatoriedade de contemplar estas adaptações nas suas obras de alteração ou renovação durante um prazo de sete anos. Mas há um mundo de instalações, equipamentos, infraestruturas, edifícios e espaços que continuam obrigados ao seu cumprimento, e que todos nós podemos ajudar a tornar mais acessíveis.

O que podemos, cada um de nós, fazer para mudar este cenário? Agora que se avizinha a data em que o Decreto-Lei n.º 163/2006 vai, finalmente, entrar em vigor, agora que vai passar a ser obrigatório que todas estas estruturas cumpram o disposto na legislação aplicável, a própria lei nos dá um conjunto de ferramentas para reivindicar o seu cumprimento. Assim, caberá ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), por sucessão, nesta matéria, da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a competência para fiscalizar o cumprimento destas normas no que toca às instalações e espaços pertencentes aos serviços da Administração Central, à Inspeção Geral das Autarquias Locais (IGAL), no que diz respeito aos edifícios, equipamentos e espaços pertencentes aos municípios e freguesias, e às autarquias locais no que diz respeito aos demais edifícios, equipamentos e espaços públicos, designadamente privados (art.º 12.º). Sabendo, ou devendo saber, de qualquer infração, deverão instaurar, ou mandar instaurar, processos tendentes à aplicação de coimas aos infratores (artigos 16.º e seguintes). São disciplinarmente responsáveis os funcionários que, por agirem ou por deixarem de agir quando deviam atuar, derem causa a que se verifique, ou que se mantenha, um incumprimento das regras aqui estabelecidas (artigos 15.º e 17.º). Pode ainda ser punida qualquer entidade, pública ou privada, que atuar em violação do disposto neste Decreto-Lei ser punida a título de responsabilidade civil (artigo 13.º). O IHRU, a IGAL e as autarquias devem acompanhar regularmente a aplicação desta legislação, e devem avaliar o grau de acessibilidade dos edifícios, instalações, equipamentos e infraestruturas de uso público, devendo tal avaliação ser publicada anualmente

(artigo 22.º). As organizações não-governamentais que prevejam expressamente nas suas atribuições a defesa dos interesses das pessoas com deficiência têm, ainda, um meio para invocar, junto dos tribunais, o dever de cumprimento integral desta legislação, ou a aplicação das sanções no caso do seu incumprimento (artigo 14.º), o qual implica, segundo o nosso entendimento, que os integrantes dessas mesmas organizações, ou aqueles cujos interesses as associações se proponham defender, devem também eles intervir, junto de tais organizações, pugnando para que elas exerçam os direitos que a legislação lhes confere.

Finalmente, é ainda de mencionar a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência, a qual considera, no seu artigo 4.º, prática discriminatória contra pessoas com deficiência as ações ou omissões (isto é, o agir, ou a falta de ação quando tal era devido), que, em razão da deficiência, causem a violação do princípio da igualdade, designadamente a recusa ou limitação de acesso ao meio edificado, ou a locais públicos ou abertos ao público. Estas práticas são consideradas discriminatórias independentemente de ocorrerem por negligência ou de existir uma intenção de discriminação, cabendo, nos termos do artigo 6.º, a quem alega tal discriminação prová-la, ainda que indiciariamente, e a quem se defende comprovar que as diferenças efetivamente existentes não resultam de nenhum dos fatores previstos, designadamente e para o que agora nos importa, no artigo 4.º. Quanto às responsabilidades acrescidas das entidades públicas, devemos ainda salientar que, nos termos do n.º 14 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos, aplicável a quase todo o tipo de contratos que seja celebrado com recurso a financiamento público, sempre que possível as especificações técnicas devem contemplar características, dos bens a adquirir ou das obras a executar, que permitam a sua utilização por pessoas com deficiência, ou por qualquer utilizador.

O caminho para a eliminação de barreiras arquitetónicas é já hoje demasiado longo. Começou a trilhar-se em 1982, no Decreto-Lei n.º 43/82, de 8 de fevereiro, cuja aplicação foi sendo sucessivamente adiada. Reforçou-se, designadamente, em 1997, com o Decreto-Lei n.º 123/97, que previa a o respeito por normas de eliminação de barreiras no prazo máximo de sete anos – sem resultados, como vimos. Está por isso, agora mais do que nunca, nas nossas mãos evitar que o Decreto-Lei n.º 163/2006 se converta em mais um dos diplomas legislativos não aplicados. É este o repto que deixamos, na última edição de Louis Braille de 2016, para que entremos todos, no novo ano que aí vem, conscientes do nosso dever cívico de exigir o cumprimento desta legislação. Não porque nos diga especialmente respeito, mas sobretudo porque só num mundo sem barreiras de qualquer tipo, é possível, desde logo, sair à rua sem medos, em busca da nossa educação, cultura, trabalho, e participação plena na sociedade inclusiva. Utopia? A lei diz que não. Está por isso nas nossas mãos torná-la realidade. **LB**

